



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Projecto de Fim do Curso

Implicações e nível de inserção das famílias afectadas pelo processo de gentrificação no Bairro Polana Caniço A, Cidade de Maputo.

Discente:

Ndequerenio Isac Alberto

Docente:

Supervisor: Prof. Doutor Elmer Agostinho Carlos de Matos

Maputo, Março de 2026

Implicações e nível de inserção das famílias afectadas pelo processo de gentrificação no Bairro Polana Caniço A, Cidade de Maputo.

Projecto de Fim do Curso apresentado em cumprimento dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia, Orientação em Planificação e Desenvolvimento Regional (PDR), da Universidade Eduardo Mondlane.

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Geografia
Planificação e Desenvolvimento Regional (PDR)

Estudante: Ndequerenio Isac Alberto

Supervisor: Prof. Doutor Elmer Agostinho Carlos de Matos

Maputo, 2026

O Júri			Data ____/____/____
Supervisor	O Presidente	Oponente	
_____	_____	_____	

Declaração de Honra

Eu, Ndequerenio Isac Alberto, estudante da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS), da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Departamento de Geografia, curso de Licenciatura em Geografia, declaro, por minha honra, que este projecto não foi anteriormente submetido, em sua totalidade, para obtenção de qualquer grau, sendo fruto da minha investigação pessoal, e que todas as fontes consultadas estão devidamente citadas no texto e também nas referências bibliográficas.

Assinatura do estudante

(Ndequerenio Isac Alberto)

Dedicatória

Dedico este Projecto de Fim do Curso, aos meus pais.

Agradecimento

Primeiramente quero agradecer à Deus por me apoiar em cada momento e por me dar conhecimento e sabedoria para enfrentar os momentos mais difíceis desta longa caminhada. Em segundo agradecer a minha mãe **Estenia Doliz** pelos conselhos.

Expresso, a minha profunda gratidão à **Universidade Eduardo Mondlane (UEM)**, que me proporcionou a oportunidade de formação superior e a quem agradeço pela **bolsa de estudos** que permitiu a continuidade dos meus estudos. Dirijo um agradecimento especial ao **Prof. Doutor Elmer Agostinho Carlos de Matos**, pela excelente supervisão, orientação rigorosa e disponibilidade constante ao longo da realização deste estudo. As suas sugestões e ensinamentos enriqueceram profundamente o trabalho e tornaram possível. Aos meus Professores, em particular aos do Departamento de Geografia, deixo o meu sincero reconhecimento pelo conhecimento transmitido e pela dedicação demonstrada ao longo destes quatro anos de formação.

A minha gratidão é igualmente dirigida à minha família, pelo apoio incondicional, carinho e encorajamento contínuo. Em especial, agradeço ao meu tio Micheque José Luís e meus irmãos Paulo Alberto, Mavuto Alberto, meus primos Nelson Inácio, Luís Micheque que foram pilares importantes ao longo de toda a minha trajectória académica. Aos meus colegas da Licenciatura em Geografia, que partilharam comigo desafios, aprendizagens e momentos marcantes durante estes quatro anos, deixo o meu muito obrigado.

Agradeço também aos meus colegas e amigos Altenor Inácio, Maria Zefanias, Sharon, Nelson Henriques, Zueib Ancha, Bruna Jamal, Sabina, Belicia, pela energia positiva, e pelo os momentos ao longo de todo este percurso académico. Por fim, manifesto o meu agradecimento a todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a minha formação e para a realização deste trabalho, mesmo que não tenham sido aqui mencionados nominalmente. A todos, o meu sincero obrigado.

Resumo

A gentrificação em Moçambique é um fenómeno recente, iniciado entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, marcado pela construção em larga escala de edifícios luxuosos e condomínios nas periferias urbanas de Maputo. Essa construção de edifícios luxuosos e condomínios, nas periferias urbanas obrigou as famílias com fracos rendimentos a se deslocarem para diferentes áreas mais periféricas da cidade, com piores condições em relação ao local de proveniência. Portanto, a introdução de vivendas luxuosas no bairro Polana Caniço A, transformou a estrutura socioeconómica local, criando uma elite urbana e acentuando a segregação social, revelando que, apesar das transformações físicas que ocorrem nesse meio, também alimenta a gentrificação, onde, as famílias de baixa renda foram progressivamente excluídas do espaço, demonstrando baixo nível de inserção no novo contexto urbano. O que revela uma tendência sistemática de reprodução da desigualdade espacial, onde o crescimento de áreas elitizadas reduz as oportunidades de permanência das famílias de baixa renda no espaço urbano.

Dai que o objectivo deste projecto é compreender as implicações e os níveis de inserção das famílias afectadas pelo processo de gentrificação no Bairro Polana Caniço A, Cidade de Maputo. Para se alcançar esse objectivo, aplicar-se-á uma abordagem metodológica qualitativa, onde serão aplicadas as técnicas de recolha de dados, sendo o guião de entrevista semiestruturada e o guião de entrevista em bola de neve.

Palavras-chaves: Gentrificação, segregação socioespacial, transformações urbanas, Polana Caniço A.

Lista de Siglas e Abreviaturas

CENACARTA – Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção

CMM – Conselho Municipal de Maputo

DUAT – Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

FIPAG-Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água

INE – Instituto Nacional de Estatística

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPU-Plano Parcial de Urbanização

PRB – Escritório de Referência Populacional.

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UNDESA – Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UN-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

Índice

Declaração de Honra	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimento.....	iii
Resumo	iv
Lista de Siglas e Abreviaturas	v
Índice de Figuras	vi
1. Introdução.....	1
1.1. Problemática.....	2
1.2. As Hipóteses.....	5
1.3. Objectivos.....	5
1.4. Justificativa.....	6
2. Referencial Teórico.....	7
3. Caracterização da área de estudo.....	15
3.1. Localização geográfica.....	15
3.2. População	16
3.3. Distribuição da população	17
3.4. Serviços urbanos básicos.....	18
3.5. Educação.....	19
3.6. Saúde	20
3.7. Abastecimento de Água.....	21
3.8. Saneamento Básico.....	21
3.9. Gestão de Resíduos Sólidos.....	22
4. Metodologia.....	23
5. Cronograma de actividades	26
6. Orçamento	26
7. Referências bibliográficas	28
ANEXOS.....	31

Índice de Figuras

Figura 1: Modelo colonial de segregação socioespacial	10
Figura 2: Padrão contemporâneo do crescimento urbano	13

Figura 3: Localização de Polana Caniço A, Distrito de KaMaxakeni	16
Figura 4 : Relação entre peso da população e densidade populacional (2017) hab/km ²	18
Figura 5: Níveis de Ensino	20
Índice de Tabelas	
Tabela 1: Tamanho da população de cidade de Maputo, por distrito municipal	17
Tabela 2: Cronograma de actividades.....	26
Tabela 3: Recursos necessários para materialização do trabalho	27

1. Introdução

A gentrificação é um fenómeno contínuo de reestruturação urbana caracterizada pela substituição da população de baixa renda por grupos de classe média ou alta (Milian, 2022). Ou seja, processo pelo qual populações de baixa renda, originalmente residente em áreas suburbanas ou consolidadas, são deslocadas para regiões cada vez mais distantes da cidade denominado sub-periferias.

Nas últimas décadas, as cidades africanas têm experimentado transformações significativas no seu tecido urbano, resultantes do rápido crescimento populacional, e da intensificação das dinâmicas imobiliárias (Maloa, 2019). Em Moçambique, particularmente na cidade de Maputo, o fenómeno de gentrificação emerge como uma das expressões mais visíveis dessas transformações, traduzindo-se na substituição de populações de baixa renda por grupos de maior poder económico, o que altera a configuração social e física dos bairros (Milian, 2022 e Muacuveia et al., 2023). Assim, a gentrificação pode ser considerada como fenómeno físico, económico e social devido o seu impacto (Milian, 2022).

O bairro Polana Caniço A (PCA) constitui um exemplo emblemático desse processo, pois nele coexistem habitações precárias, vivendas e condomínios de luxo, evidenciando contrastes e desigualdades socioeconómicas que se acentuam a cada intervenção urbana. As famílias de baixa renda, historicamente residentes nesse espaço, vêm sendo progressivamente excluídas ou empurradas para áreas periféricas, em consequência do aumento do valor fundiário e da pressão do mercado imobiliário (Malauene, 2005 e Maloa, 2019).

Assim, para melhor compreensão, esta proposta de pesquisa está organizada em quatro (4) capítulos. Onde no capítulo I são apresentados os aspectos introdutórios, incluindo a problemática, as hipóteses, os objetivos e a justificativa. No capítulo II aborda-se o referencial teórico, as características da área de estudo e os principais serviços urbanos básicos. No capítulo III são detalhados os procedimentos metodológicos, o cronograma das actividades do projecto e o orçamento. Já no capítulo IV apresenta as referências bibliográficas e os anexos.

1.1.Problemática

Na década de 1950, cerca de 29,3% da população mundial vivia em áreas urbanas, passando para 44,8% em 1994, sendo que, esta cifra nos últimos 30 anos (2023) aumentou para 57%, e as projecções indicam que, até 2030, aproximadamente 60% da população mundial viverá em áreas urbanas (Population Reference Bureau, 2023). Em Moçambique, na década 60, a taxa de urbanização era bastante baixa, em torno de 4%, colocando o país entre os menos urbanizados do mundo, com destaque entre os países menos desenvolvidos (Ibraimo, 1994). Na mesma época, a média de urbanização no continente africano era de 18,3%. Durante a década de 1960, o crescimento da população urbana moçambicana foi lento, mas nas décadas seguintes o processo se acelerou, levando o país a atingir 26,8% de urbanização em 1990, um valor já próximo da média africana, que era de 32% naquele ano (Ibraimo, 1994). Conforme o Censo de 2017, Moçambique conta com uma taxa de aproximadamente 33% de urbanização (INE, 2019).

Conforme as projecções estima-se que, em 2030 a população urbana em Moçambique aumentará para 49.9% e 55.3% em 2050 (Omar et al., 2023). Assim sendo, esse aumento da população na área urbana esta associado ao crescimento natural¹ (Omar et al., 2023). Segundo UNDESA² (2014) e UNHABITAT³, (2018) citados por Omar et al. (2023), o crescimento recente da população urbana resulta principalmente do crescimento natural e não da migração rural-urbana. Como reforçam Arnaldo et al., (2015), o saldo migratório⁴ em Moçambique tem pouca influência no crescimento total da população, que é determinado sobretudo pelo crescimento natural. No entanto, ele possui relevância regional e económica, pois contribui para a redistribuição da população, afecta a ocupação do território e a disponibilidade de mão de obra, além de influenciar o planeamento urbano (Arnaldo et al., 2015). Mesmo não sendo o principal factor de aumento populacional, o saldo migratório impacta a estrutura etária, a densidade populacional e pode gerar desafios de urbanização e oferta de serviços nas áreas de destino (Arnaldo et al., 2015). Desde 2005, a taxa de urbanização tem sido relativamente baixa, situando-se em cerca de 0,79% ao ano. Contudo, projecta-se que até 2050 a taxa aumente para 3,47% ao ano (Omar et al., 2023).

A cidade de Maputo apresenta uma organização urbana desigual e fragmentada, resultado das heranças coloniais e das transformações trazidas pela globalização e pela expansão

¹ O crescimento natural da população refere-se ao aumento do número de habitantes resultante do saldo entre nascimentos e óbitos verificados num determinado período (Omar et al., 2023).

² UNDSA- united nations, department of economic and social affairs.

³ UNHABITAT- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

⁴ Saldo migratório corresponde à diferença entre o número de imigrantes (pessoas que entram numa determinada área) e o número de emigrantes (pessoas que saem dessa área) durante um período de tempo (Arnaldo et al., 2015).

imobiliária (Maloa, 2019). Conforme Araújo (1999), a estrutura urbana da cidade de Maputo, divide-se em três áreas principais: a área urbana ou cidade de cimento, área suburbana ou cidade caniço e a área peri-urbana. A área urbana ou “cidade de cimento”, segue um modelo de organização ortogonal e concentra as principais funções administrativas, económicas e residenciais das classes média e alta. Essa área dispõe de melhores infraestruturas e serviços, evidenciando um crescimento predominantemente vertical (Araújo, 1999). Em contrapartida, a área suburbana é composta por bairros não planificados, de expansão espontânea e estrutura desorganizada, marcada pela carência de serviços básicos. Já a área periurbana corresponde ao espaço de expansão da cidade, onde coexistem manchas de bairros planeados e espontâneos, além de habitações dispersas, apresentando um crescimento de natureza horizontal (Araújo, 1999). Duas décadas depois Matos (2024) actualiza essa leitura ao demonstrar que a cidade de Maputo deixou de se organizar rigidamente em três áreas definidas (Araújo 1999). Hoje ela expressa uma urbanização mista e desigual, onde o “modelo ocidental” e o “modelo local” coexistem e se sobrepõem, refletindo tanto a expansão da cidade formal quanto a resistência e adaptação das populações periféricas (Matos, 2024).

No entanto, de acordo com Maloa (2019) e Raposo et al., (2012), as cidades de caniço, nas periferias, abrigam populações de baixa renda em condições precárias, embora nas últimas décadas essas áreas tenham passado por mudanças marcadas pela construção de vivendas, duplex e condomínios, o que gera novas formas de ocupação e contrastes sociais.

Este processo de implantação de vivendas, duplex e condomínios em áreas suburbanas e periurbanas tem gerado alterações na paisagem, muitas vezes levando a expulsão dos residentes mais carenciados. Conforme Milian (2022), a gentrificação consiste na substituição da população de baixa renda por grupos de classe média ou alta. Esse fenómeno assemelha-se ao conceito apresentado por Muacuveia et al., (2023), que define a gentrificação como processo pelo qual populações de baixa renda, originalmente residente em áreas urbanas mais centrais ou consolidadas, são deslocadas para regiões cada vez mais distantes da cidade, ou seja, para as “sub-periferias”. Portanto, o comum entre os autores, é que na ocorrência da gentrificação há sempre uma permuta dos moradores de algumas residências dentro de um bairro ou cidade por outro grupo social com maior poder económico (Malauene, 2005). Segundo Milian, (2022), essa substituição de moradores em bairros populares pode gerar sérios problemas

socioeconómicos, caso não haja habitação acessível, sendo que o grupo-alvo desse processo é de baixa renda. Como alerta Furtado (2014), o fenómeno de gentrificação precisa ser explicado tanto por tendências estruturais, quanto por especificidades históricas, sem retirá-lo, contudo, do ponto de vista teórico, do contexto social do qual ele é parte.

Assim sendo, desde meados dos anos 1990, Maputo experimenta mutações urbanas que redefinem o tecido social, político e espacial, originando novas formas de convivência na cidade (Maloa, 2019). Portanto, a gentrificação em Moçambique é um fenómeno recente, iniciado entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, marcado pela construção em larga escala de edifícios luxuosos e condomínios nas periferias urbanas de Maputo (Macuveia et al., 2023). Conforme Araújo (1999), essa construção de edifícios luxuosos e condomínios, nas periferias urbanas obrigou as famílias com fracos rendimentos a se deslocarem para diferentes áreas mais periféricas da cidade, com piores condições em relação ao local de proveniência. De acordo com Atkison e Bridge (2005), citado por Maloa (2019), esta realidade é o ponto de partida de um novo colonialismo urbano, porque apesar das transformações físicas que ocorrem nesse meio, também alimenta a gentrificação, causando as desigualdades sociais, pobreza urbana e a segregação urbana.

Nesse sentido, embora a intervenção dos agentes do mercado imobiliário em bairros pobres possa gerar melhorias nas condições físicas e urbanísticas, a sua actuação também traz consequências negativas para as populações de baixa renda, como a perda do acesso a serviços básicos, a redução de oportunidades de emprego informal e o aumento do custo de vida devido a substituição das famílias (Maloa, 2019). Por outro lado, colocando em questão o direito de acesso às infraestruturas e aos serviços urbanos, os quais são reconhecidos pelo Estado como um direito e um compromisso inalienáveis (Maloa, 2021). Assim sendo, torna-se fundamental compreender as implicações e os níveis de inserção das famílias afectadas pela gentrificação no bairro Polana Caniço A, pois esse fenómeno tem alterado profundamente o modo de vida das pessoas e as relações sociais dentro do bairro. Portanto, considera-se o nível de inserção aqui como um indicador que reflete o grau de integração de indivíduos ou grupos em redes sociais e económicas, influenciando seu acesso a recursos, oportunidades de emprego e serviços urbanos (Silva, 2021). Em áreas urbanas, esse conceito é útil para compreender como mudanças no espaço, como a gentrificação, afectam a posição social e económica da população local (Silva, 2021).

Os resultados do estudo de Malauene (2005) evidencia que a introdução de vivendas luxuosas no bairro Polana Caniço A, transformou a estrutura socioeconómica local, criando uma elite urbana e acentuando a segregação social. As famílias de baixa renda foram progressivamente excluídas do espaço, demonstrando baixo nível de inserção no novo contexto urbano (Malauene, 2005). Esse quadro é reforçado por Macuveia et al., (2023), que observam uma tendência sistemática de reprodução da desigualdade espacial, onde o crescimento de áreas elitizadas reduz as oportunidades de permanência das famílias de baixa renda no espaço urbano. Os dois estudos desenvolvidos fortalecem a ideia de que este fenómeno tem vindo a causar sérios problemas socioeconómicos e espaciais na realidade do bairro.

Portanto, face a esta problemática, o presente estudo procura responder à seguinte questão central: **Quais são as implicações e os níveis de inserção das famílias afectadas pelo processo de gentrificação no Bairro Polana Caniço A?** É importante salientar que as famílias afectadas abrangem tanto as que ainda residem no bairro como aquelas que foram deslocadas ou saíram devido às transformações ocorridas na área.

1.2.As Hipóteses

Hipótese 1: O processo de gentrificação no Bairro Polana Caniço A tem provocado a desestruturação das redes sociais e comunitárias, dificultando a reintegração socio espacial das famílias deslocadas.

Hipótese 2: As famílias residentes no bairro Polana Caniço A apresentam níveis diferenciados de inserção socioeconómica devido ao processo de gentrificação, refletindo variações no rendimento, escolaridade e acesso à habitação.

1.3.Objectivos

Geral

- ✓ Compreender as implicações e os níveis de inserção das famílias afectadas pelo processo de gentrificação no Bairro Polana Caniço A, Cidade de Maputo.

Específicos

- ✓ Caracterizar as condições de vida actuais e as anteriores ao período de gentrificação dos moradores deslocados em relação ao emprego, renda, acesso a serviços sociais básicos, habitação na área de destino;
- ✓ Descrever as percepções e experiências de adaptação das famílias residentes em relação às mudanças físicas, sociais e económicas provocadas pela gentrificação;
- ✓ Apresentar o papel da política e estratégia de habitação e a política de urbanização diante dos impactos da gentrificação no bairro.

1.4. Justificativa

A escolha desta área de estudo é motivada pelas profundas transformações urbanas observadas na Cidade de Maputo, marcadas pela emergência de vivendas, duplex e condomínios de luxo que redefiniram o tecido urbano e expulsaram gradualmente as populações de baixa renda para zonas cada vez mais periféricas da cidade (Maloa, 2019). De acordo com Matos (2024), a população residente na área periurbana de Maputo registou um crescimento expressivo entre 1997 e 2017, passando de menos de 8% para cerca de 25% do total, o que evidencia o processo de expansão e deslocamento populacional associado à valorização e reestruturação do espaço urbano. Entretanto, a expansão da área periurbana de Maputo exerce influência direta sobre o crescimento das áreas suburbanas, porque as duas zonas constituem espaços de transição e continuidade funcional (Araújo, 1999).

Compreender as implicações e níveis de inserção das famílias afectadas pela gentrificação no Bairro Polana Caniço A, é um problema de interesse para a Geografia, porque esse fenómeno representa uma expressão espacial das transformações sociais e económicas que moldam o espaço urbano (Furtado, 2014). O estudo das implicações da gentrificação permite compreender como as transformações afectam os moradores, gerando mudanças sociais, económicas e espaciais, enquanto os níveis de inserção ajudam a entender como diferentes grupos se integram ou são excluídos dos espaços urbanos, revelando as desigualdades no acesso à cidade. Portanto, os resultados desse estudo podem contribuir para criar conhecimento novo, ao revelar as principais implicações causadas pela gentrificação e níveis de inserção das famílias afectadas, pois permitirão avaliar como as famílias deslocadas conseguem (ou não) adaptar-se às novas condições de vida após o processo de expulsão ou deslocamento dos seus locais de origem (Milian, 2022). Por outro lado, os resultados deste estudo podem também de forma particular orientar políticas públicas mais justas e inclusivas, voltadas à habitação acessível, planeamento

urbano sustentável e redução das desigualdades territoriais. Além disso, contribuem para repensar o papel do Estado na regulação do mercado imobiliário e na garantia do direito à cidade (Maloa, 2021).

2. Referencial Teórico

De acordo com Corrêa, (1995) os geógrafos urbanos buscam entender as dinâmicas espaciais das cidades, analisando os factores sociais, económicos, políticos e ambientais que moldam seu funcionamento, além de estudar como diferentes grupos sociais produzem, utilizam e transformam o espaço urbano ao longo do tempo.

O termo gentrificação surgiu no contexto urbano de Londres, sendo introduzido pela socióloga Ruth Glass em 1964, na obra *London: Aspects of Change*. Ela utilizou o conceito para descrever um processo contínuo de transformação das áreas urbanas, caracterizado pela substituição de moradores de baixa renda por grupos de classe média ou alta (Glass, 1964). A princípio, a gentrificação se referia especificamente ao fenómeno observado por Glass nos bairros operários de Londres (Milian, 2022). No entanto, com o tempo, esse processo assumiu características mais intensas e negativas, à medida que o capital passou a dominar o sector imobiliário (Milian, 2022). Onde, a moradia deixou de ser vista como um direito social e passou a ser tratada como um bem de consumo (Milian, 2022). Conforme Milian (2022), define a gentrificação como um processo de reestruturação urbana contínuo, pelo qual é caracterizada pela substituição da população de baixa renda por grupos de classe média ou alta com maior poder aquisitivo. Esse fenómeno assemelha-se ao conceito apresentado por Muacuveia et al., (2023), que define a gentrificação como processo pelo qual populações de baixa renda, originalmente residentes em áreas suburbanas ou consolidadas, são deslocadas para regiões cada vez mais distantes da cidade, ou seja, para as “sub-periferias”. No entanto, as famílias afectadas pela gentrificação apresentam os níveis de inserção diferentes. O termo “inserção” surgiu no contexto da crise económica europeia do final dos anos 1970, período em que muitos países enfrentaram desemprego crescente e mudanças nas políticas sociais e laborais (Castra, 2008). Nesse cenário, o conceito passou a ser usado para designar processos voltados à integração social de grupos afectados pela exclusão socioeconómica, buscando reintegrar indivíduos à vida social. Por outro lado, conforme Castra, (2008), ele destaca que, a noção de inserção é bastante vaga no plano conceptual no âmbito académico, cada autor de uma tem versão pouco diferente. Assim sendo, esse autor específico ele argumenta se, por um lado, ela parece muita próxima do conceito

sociológico de integração, por outro lado, evoca também a ideia de um lugar a atribuir a um elemento novo num conjunto que não está espontaneamente pronto a acolhê-lo. O autor destaca que a ideia de integração se tornou ainda mais clara quando colocada em contraste com o seu oposto, a exclusão. É justamente por essa oposição que o conceito ganha maior significado. Assim sendo, o nível de inserção neste estudo refere-se ao grau de inclusão ou integração de um indivíduo ou famílias nas diferentes esferas socioeconómicas diante de uma nova realidade espacial (Castra, 2008). No campo da geografia social e urbana, o conceito é utilizado para compreender a relação das populações com o espaço e com as oportunidades urbanas. Como destaca Santos (2006), o espaço geográfico é também um espaço de desigualdades, onde os níveis de inserção social variam conforme o acesso aos serviços, infraestruturas e ao mercado de trabalho. Isso significa que a segregação socioespacial causada pela gentrificação, por exemplo, tendem a reduzir o nível de inserção das famílias deslocadas para áreas periféricas da cidade. Portanto, no âmbito dessa pesquisa os níveis de inserção podem ser estruturados em duas dimensões principais:

A primeira dimensão é a inserção territorial/espacial, associada ao acesso e proximidade a serviços urbanos essenciais, tais como escolas, unidades sanitárias, transportes e saneamento básico. A segunda dimensão corresponde a inserção socioeconómica onde abrange as condições de emprego, rendimento, estabilidade económica e capacidade de manutenção da habitação no território (Castra, 2008 e Santos 2006). Assim como a gentrificação geralmente afecta população de baixa renda, muitas vezes o processo cria obstáculos no acesso aos serviços básicos urbanos a essa camada.

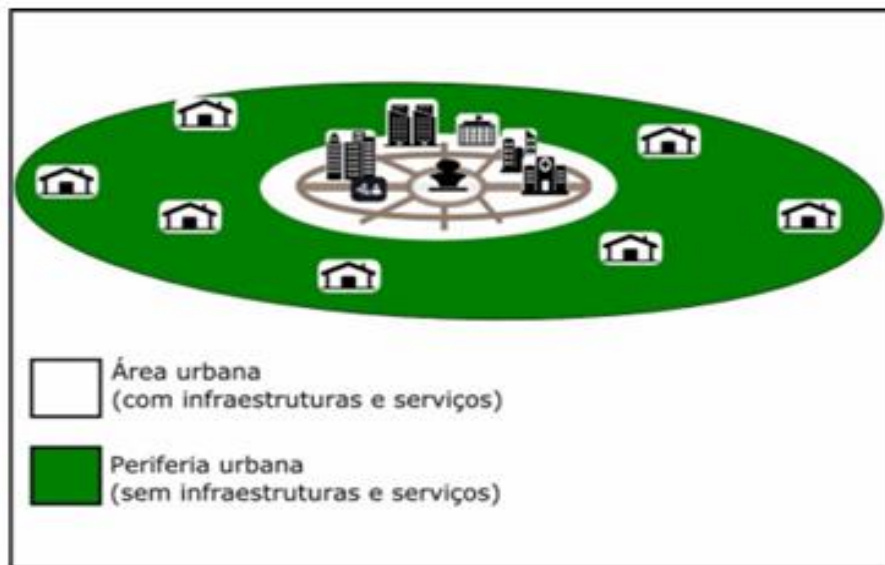
Entretanto, Smith defende que, a gentrificação é agora uma política pública (Smith, 2006). De acordo com os estudos sobre urbanização contemporânea, as políticas que favorecem a gentrificação são frequentemente impulsionadas pela competição entre cidades por investimentos e pela busca de mão de obra qualificada, o que acaba por intensificar os processos de exclusão social e espacial daqueles que não correspondem ao perfil desejado da cidade globalizada. Conforme o último recenseamento de população e habitação (2017), a proporção da população urbana em Moçambique é de aproximadamente 33%, sendo grande parte da população $\frac{3}{4}$ é composta de residentes informais que sobrevivem com base na agricultura de subsistência e de trabalho informal ou temporário (Maloa, 2019). Ainda as projecções estima-se que, em 2030 a população urbana em Moçambique aumentará para 49.9% e 55.3% em 2050 (Omar et al., 2023). De

forma histórica, observa-se que o crescimento urbano era sobretudo conduzido pelos países com economias mais desenvolvidas, que concentravam a maior parcela dessa expansão. Porém, estima-se que, grande parte do crescimento urbano mundial cerca de 90% vem ocorrendo e continuará a ocorrer nas próximas décadas nos países do Sul Global, sobretudo na Ásia e na África, incluindo países com menores níveis de desenvolvimento económico, como Moçambique (Hansine e Arnaldo, 2019).

A área urbana de Moçambique é composta por 23 cidades e 68 vilas. Nesse contexto, o processo de urbanização tem passado por transformações relevantes que modificaram de forma expressiva a paisagem urbana (Maloa, 2019). De um lado, surgem novas formas de ocupação, como condomínios e edifícios modernos de dois a três andares, de outro, expandem-se bairros periféricos cada vez mais afastados dos centros urbanos, marcados pela falta de serviços públicos essenciais, como vias asfaltadas, iluminação, transportes, escolas e unidades de saúde. Assim sendo, as principais características de urbanização Moçambicana conformem Maloa, (2019), destacam-se, a dualidade urbana, a ruralidade no urbano, a informalidade e o crescimento demográfico.

A urbanização dual é uma das características da urbanização moçambicana contemporânea, como reforça o autor que, a urbanização teve mais impacto nos anos 1990, mas resultado de um longo processo histórico de segregação socioespacial de origem colonial. Conforme Fanon (2005), citado por Maloa (2019) o colonialismo reforçava práticas segregacionistas e racistas que dividiram as cidades moçambicanas em dois espaços distintos: de um lado, áreas organizadas em traçado ortogonal, com edifícios altos e acesso a serviços como comércio, saneamento, energia elétrica, água potável e telecomunicações, do outro, áreas formadas por habitações horizontais e com infraestrutura urbana limitada e precária (fig.1).

Figura 1: Modelo colonial de segregação socioespacial



Fonte: Maloa (2016).

A fig.1, demonstra a urbanização colonial em Moçambique estruturou-se de forma dual, expressa no binômio “cidade do cimento” e “cidade do caniço”. Essas duas partes coexistiam dentro do mesmo espaço urbano, mas eram vivenciadas de maneira distinta por dois grupos sociais: os colonos, que habitavam áreas com infraestrutura formal e edificações duráveis, e os colonizados, relegados a zonas precárias e sem serviços urbanos adequados (Maloa, 2019, com base em Mendes, 1979; Araújo, 1999; Raposo & Salvador, 2007).

A segunda característica fundamental da urbanização moçambicana é a ruralidade no urbano. Segundo Araújo, (2001-2002) a urbanização moçambicana apresenta como característica marcante a presença de elementos rurais no espaço urbano. Essa condição resulta tanto das definições institucionais sobre o que é urbano ou rural, que nem sempre correspondem às transformações reais no modo de vida da população urbana, quanto de heranças do período colonial, ainda evidentes nas periferias das cidades africanas. Assim, áreas, onde se concentra a população de baixa renda sobretudo migrantes provenientes de zonas rurais observam-se práticas, comportamentos e hábitos de origem rural que se mantêm como estratégia de adaptação às dificuldades da vida urbana. Tal fenômeno é reconhecido como “ruralização do urbano” (Araújo, 2001, 2002). Portanto, ainda persiste essa característica em quase todas as cidades moçambicanas. Ainda Araújo (2001, 2002) argumenta que a expressão “rural no urbano” é controversa, pois desafia a tradicional separação entre o que é classificado como urbano e rural. Essa discussão decorre do fato

de a urbanização moçambicana ainda apresentar um nível de desenvolvimento reduzido, o que torna impossível dissociar os elementos rurais dos urbanos. Ambos se encontram profundamente interligados e manifestam-se nas práticas, nas formas de ocupação, nas percepções e na organização do espaço urbano. Um exemplo disso é a elevada proporção de habitantes que vivem nas periferias em construções típicas do meio rural, como casas de caniço, Mathapuita, palhotas e outras estruturas feitas com materiais precários.

Terceira característica da urbanização moçambicana contemporânea é a informalidade no que diz respeito ao acesso à terra urbana. Em Moçambique, embora a terra seja propriedade do estado e a Lei de terras de 1997 reconheça direitos de uso com base na ocupação histórica por meio de testemunho orais, sua aplicação ainda não tem garantido segurança permanente de residência (Maloa, 2019). A lei não tem sido eficaz devido a conflitos de interesse entre promotores imobiliários, deficiências no planeamento urbano, burocracia excessiva, custos elevados e práticas de corrupção (Maloa, 2019). Esses factores, associados à morosidade no processo de aquisição de terras urbanas, fazem com que grande parte dos assentamentos continue informal (UNHABITAT, 2007). Portanto, o processo de aquisição de terrenos urbanos pode ocorrer por duas vias principais. A primeira consiste na regularização do lote já ocupado pelo morador por um período prolongado geralmente superior a cinco anos mediante reconhecimento do secretário do bairro e posterior avaliação municipal, que, após verificar a conformidade dos documentos, emite o DUAT mediante o pagamento de taxa. A segunda via ocorre quando o município disponibiliza lotes urbanizáveis por meio de editais, permitindo que os interessados apresentem uma solicitação formal acompanhada da planta e da descrição do tipo de construção que pretendem realizar (Maloa, 2019).

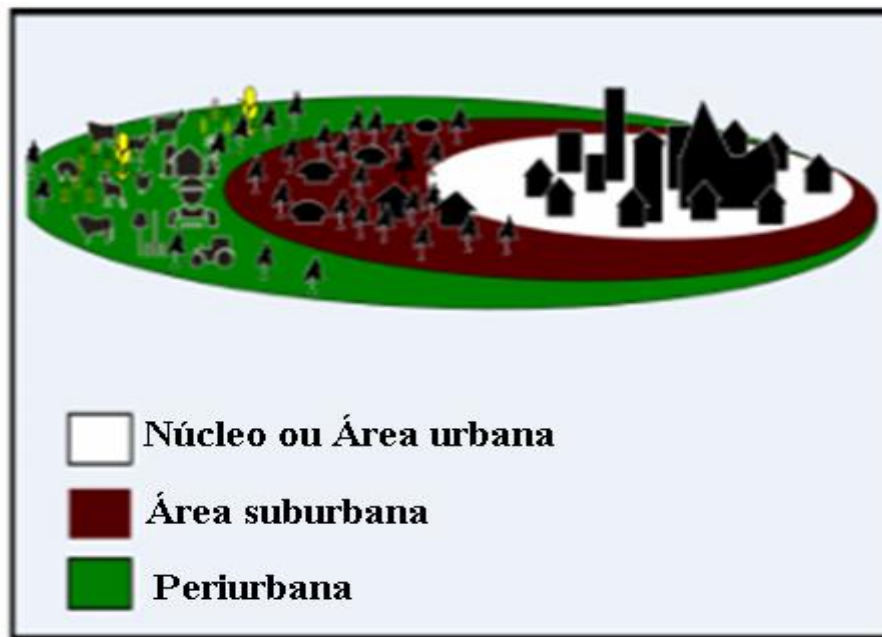
A quarta característica da urbanização moçambicana contemporânea é o rápido crescimento demográfico no espaço urbano. De acordo com Hansine e Arnaldo, (2019) o crescimento da população é influenciada por três factores principais que são, a natalidade, mortalidade e movimentos migratórios. Portanto, o crescimento demográfico no espaço urbano é influenciado pelo êxodo rural e pelas altas taxas de natalidade. Para se ter uma noção, entre as décadas de 1980 e 1997, a população urbana de Moçambique cresceu cerca de 15%, evidenciando um ritmo significativo de expansão urbana nesse período (Hansine e Arnaldo, 2019). Em 2007, a população urbana atingiu aproximadamente 30,4%, e em 2017, alcançou cerca de 33%, indicando uma tendência contínua de urbanização ao longo das décadas (Idem, 2019). Os autores reforçam que, em

Moçambique, a maior parte do crescimento populacional, cerca de 94%, é explicada pelo crescimento natural (diferença entre nascimentos e mortes), enquanto apenas 6% se deve à migração. Conforme Ezeh et al., (2010) citado pelo Hansine e Arnaldo, (2019), levando em consideração os impactos dos conflitos e desastres naturais na movimentação da população, considera-se que, com excepção da cidade de Maputo, que aproximadamente 75% do crescimento urbano em moçambicana e resultado do crescimento natural, enquanto 25% decorre da imigração, padrão esse observado na maioria dos países africanos.

De acordo com Araújo (2003) afirma que sem dúvida, foi a partir da década de 1990 que as periferias urbanas em Moçambique começaram a se expandir, porém esse crescimento não foi acompanhado pelo desenvolvimento adequado de infraestrutura e serviços urbanos. Como reforça Raposo et al., (2012), que as periferias urbanas se caracterizam por habitações precárias, alta densidade populacional e ausência de infraestruturas e serviços básicos. Por outro lado, as vias que conectam a chamada “cidade de cimento” foram construídas atravessando os bairros, sem qualquer integração com eles, criando barreiras físicas e dificultando a circulação (Andreatta ; Magalhães, 2011). Dessa forma, esse facto compromete o equilíbrio funcional da cidade, especialmente no que se refere à mobilidade e acessibilidade, uma vez que a limitada estrutura viária e a escassez de transportes tornam a vida da população periférica mais difícil (Idem, 2011). Tal cenário exemplifica a dimensão da urbanização em Moçambique, marcada pelo crescimento extensivo ⁵ das periferias (fig.2).

⁵ O termo “crescimento extensivo” refere-se a um tipo de expansão urbana ou territorial que ocorre ocupando grandes áreas de forma horizontal, geralmente com baixa densidade populacional e infraestrutura limitada (Andreatta e Magalhães, 2011).

Figura 2: Padrão contemporâneo do crescimento urbano



Fonte: Maloia (2016) baseado na classificação de Araújo (1999).

Portanto, actualmente, as periferias urbanas estão se expandindo a ponto de ultrapassar os seus limites administrativos dos distritos vizinhos, devido à alta demanda por esses espaços por parte de moradores mais abastados do centro. Por outro lado, os agentes imobiliários nesse processo desempenham papel central na valorização e ocupação dessas áreas, enquanto as famílias de baixa renda acabam sendo deslocadas, tornando-se o elo mais vulnerável (Araújo, 2003).

Conforme Furtado, (2014) por mais que o fenómeno de gentrificação seja explicado tanto por tendências estruturais, quanto por especificidades históricas, sem retirá-lo, contudo, do ponto de vista teórico, do contexto social do qual ele é parte. Os exemplos de gentrificação actualmente apresentados em muitos países, por exemplo: Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, não podem ser tomados como modelos universais, mas como uma das possíveis facetas do processo. De tal forma que, os agentes ou actores envolvidos no processo de gentrificação também não são necessariamente os mesmos (Furtado, 2014). Em países subdesenvolvidos, para Van Criekingen (2006) citado por Milian (2022), considera existir uma gentrificação marginal, porque os agentes gentrificadores necessitam de mais fases na modificação da configuração espacial e as intervenções do capital ocorrem de forma mais lenta e descontínua.

Segundo Myers (2011), reforça afirmando que, embora a gentrificação tenha sido inicialmente observada e conceituada em contextos urbanos europeus e norte-americanos, sua manifestação em cidades africanas tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente diante dos processos de urbanização e reestruturação econômica vivenciados em vários países do continente. Nas cidades africanas, como Lagos, (Nigéria), Nairobi (Quênia), Joanesburgo (África do Sul), Maputo (Moçambique), a gentrificação se expressa frequentemente por meio de projectos de “revitalização” urbana, grandes investimentos imobiliários e políticas de modernização que priorizam a atratividade económica em detrimento do direito à cidade das populações locais (Myers, 2011). Esse processo resulta em deslocamentos forçados de população nativa por vezes de forma indirecta, aumento do custo de vida e exclusão de moradores historicamente marginalizados, reproduzindo desigualdades e agravando a precariedade habitacional (Idem, 2011).

De acordo com Ribeiro (2016), a gentrificação é amplamente debatida por duas principais teorias: a teoria liberal-humanista, defendida por David Ley, e a teoria marxista-estruturalista, formulada por Neil Smith, que, embora distintas, contribuem para entender as dinâmicas urbanas.

A teoria de David Ley enfatiza o papel da cultura, do consumo e da escolha individual na transformação urbana. Ley argumenta que a gentrificação está relacionada ao surgimento de uma nova classe média ou alta urbana, com padrões culturais e estéticos próprios, que busca bairros centrais pela atratividade histórica, arquitetónica e cultural, e para ele, o processo de gentrificação é impulsionado pela demanda: pelas preferências dos indivíduos que valorizam estilos de vida urbanos específicos, com acesso à diversidade cultural e à centralidade das cidades (Ribeiro, 2016). Por outro lado, Neil Smith, sob a perspectiva marxista, desenvolve a teoria do *rent gap* (diferença de renda fundiária), que entende a gentrificação como um produto da lógica do capital (Smith, 2007). Para Smith, o principal motor da gentrificação não é a escolha dos indivíduos, mas sim a produção do espaço urbano voltada à maximização do lucro. A valorização de áreas centrais ou suburbanas anteriormente degradadas se dá por uma diferença entre o valor actual (subutilizado) da terra e seu valor potencial, levando investidores a intervir nessas regiões para obter retorno financeiro. Apesar das divergências, ambas as teorias reconhecem que a gentrificação promove mudanças na composição social e no uso do espaço urbano. Assim sendo, a realidade moçambicana, principalmente cidade Maputo, está mais

alinhada com a teoria marxista-estruturalista de Neil Smith, porque a gentrificação em Maputo é menos resultado de escolhas culturais, mais é fruto da lógica do capital e da especulação imobiliária, de tal forma que essa teoria será a base para este estudo. Vale salientar que o foco deste estudo consiste em compreender as implicações vivenciadas pelas famílias afectadas pela gentrificação no Bairro Polana Caniço A (PCA). Nesse sentido, torna-se fundamental demonstrar como esse fenómeno se manifesta no meio urbano, a fim de possibilitar uma melhor compreensão de suas dinâmicas e consequências sociais.

Conforme Milian (2022), a gentrificação é um processo urbano marcado pela substituição de populações de baixa renda por grupos de maior poder aquisitivo, causado por mecanismos económicos, sociais e políticos. O processo se inicia com a desvalorização de certas áreas urbanas ou suburbanas, que se tornam alvos de interesse do mercado imobiliário. Com a requalificação desses espaços, os preços dos imóveis e aluguéis aumentam, tornando inviável a permanência dos moradores nativos. Como consequência, ocorre o deslocamento dessas populações para áreas mais periféricas da cidade, seguido por uma homogeneização social e cultural do território. Milian destaca que a gentrificação é uma forma de segregação urbana, intensificada por políticas públicas que favorecem interesses privados em detrimento da população pobre. Assim, a gentrificação é, em grande parte, promovida pelas dinâmicas do mercado imobiliário e reforçada pela intervenção estatal através de estratégias e projectos de reestruturação urbana (Milian, 2022).

3. Caracterização da área de estudo

3.1. Localização geográfica

O Bairro Polana Caniço A, está localizado no Distrito Municipal KaMaxaquene, cidade de Maputo. De acordo com o Conselho Municipal da Cidade de Maputo (2019), o Distrito Municipal KaMaxaquene localiza-se no extremo Este do Município de Maputo, limita-se ao Norte com o Distrito Municipal KaMavota, a Sul com o Distrito Municipal KaMpfumu e Distrito Municipal KaTembe, a Oeste com o Distrito Municipal KaMubukwana, a Sudoeste com o Distrito Municipal Nlhamankulo.

Por sua vez, o bairro PCA, é limitado a Norte e a Este pelo Bairro Polana Caniço “B”, a Oeste pelo bairro Maxaquene “C”, e a Sul pelo Bairro Sommerschild. Contudo, entre

Tabela 1: Tamanho da população de cidade de Maputo, por distrito municipal

Distritos municipais de Maputo	População (2007)	População (2017)	Superfície (km²)	Densidade Populacional (2017)
KaMpfumo	109920	76 157	12	6346
Nlhamankulu	156836	127 079	8	15885
KaMaxaquene	227290	195 556	12	16296
KaMavota	297657	326 771	108	3026
KaMubukwana	294967	319 968	53	6037
KaTembe	19668	28 788	101	285
KaNyaka	5300	5 958	52	115
Total	1 111 638	1 080 277	346	3122

Fonte: INE (2017).

3.3. Distribuição da população

Conforme a tabela.1 baseando-se nos dados de último recenseamento de população e habitação, verifica-se que a distribuição populacional é bastante relativa. Onde, a maior parte da população concentra-se em três 3 distritos municipais nomeadamente, o distrito municipal de KaMavota, KaMubukwana e o distrito de KaMaxaquene (INE, 2017).

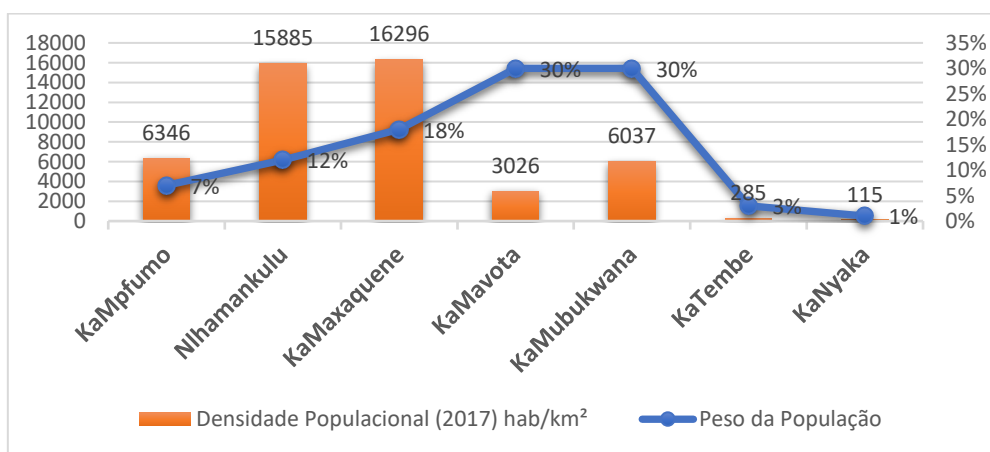
A fig.4 apresenta a relação entre o peso da população, ou seja, população relativa de cada distrito e a densidade populacional em hab/km², com base nos dados do recenseamento da População e Habitação de 2017, dos distritos municipais da Cidade de Maputo, permitindo compreender como a população está distribuída no território e quais áreas apresentam maior pressão populacional. Assim, observa-se que KaMaxaquene e Nlhamankulu configuram-se como os distritos com maior densidade populacional, registando 16.296 hab/km² e 15.885 hab/km², respetivamente. Esses distritos também apresentam pesos populacionais significativos (18% e 12%), o que indica forte concentração de moradores em áreas consolidadas e com intensa ocupação do solo, refletindo elevada pressão sobre os serviços e infraestruturas urbanas (INE, 2017).

Por outro lado, distritos como KaMpfumo, KaMubukwana e KaMavota apresentam densidades moderadas, embora com comportamentos distintos. KaMpfumo, apesar de incluir o centro histórico e áreas administrativas, tem 6.346 hab/km² e apenas 7% da

população, evidenciando uma ocupação mais equilibrada devido à predominância de actividades comerciais e de serviços. Enquanto, KaMubukwana e KaMavota possuem pesos populacionais muito elevados (ambos com 30%), representando 60% da população da cidade. Contudo, apresentam densidades relativamente mais baixas 6.037 hab/km² em KaMubukwana e 3.026 hab/km² em KaMavota, o que se explica pela grande extensão territorial desses distritos, onde a população está distribuída de forma mais dispersa em áreas de expansão urbana (INE, 2017).

Em contraste, KaTembe e KaNyaka apresentam baixas densidades 285 hab/km² e 115 hab/km², respetivamente e pelos baixos pesos populacionais (3% e 1%). Isso significa que são áreas com menor concentração de população, mas caracterizados por vastas áreas (INE, 2017).

Figura 4 : Relação entre peso da população e densidade populacional (2017) hab/km²



Fonte: INE (2017)

3.4. Serviços urbanos básicos

Segundo CMCM (2019), os serviços urbanos constituem o conjunto de meios e acções que garantem o funcionamento da cidade e o atendimento das necessidades básicas de seus habitantes. Da mesma forma, Santos (2006) destaca que a oferta e a organização desses serviços expressam as contradições do espaço urbano, pois revelam as diferenças no acesso aos bens e à infraestrutura entre os diversos grupos sociais. Assim, os serviços urbanos são fundamentais para compreender a dinâmica e a estrutura socio espacial das cidades. Como reforça Matos, (2005) o fornecimento de serviços urbanos não é igual para todos, variando conforme o poder de compra dos moradores, o que cria uma divisão espacial e favorece certas classes em detrimento de outras.

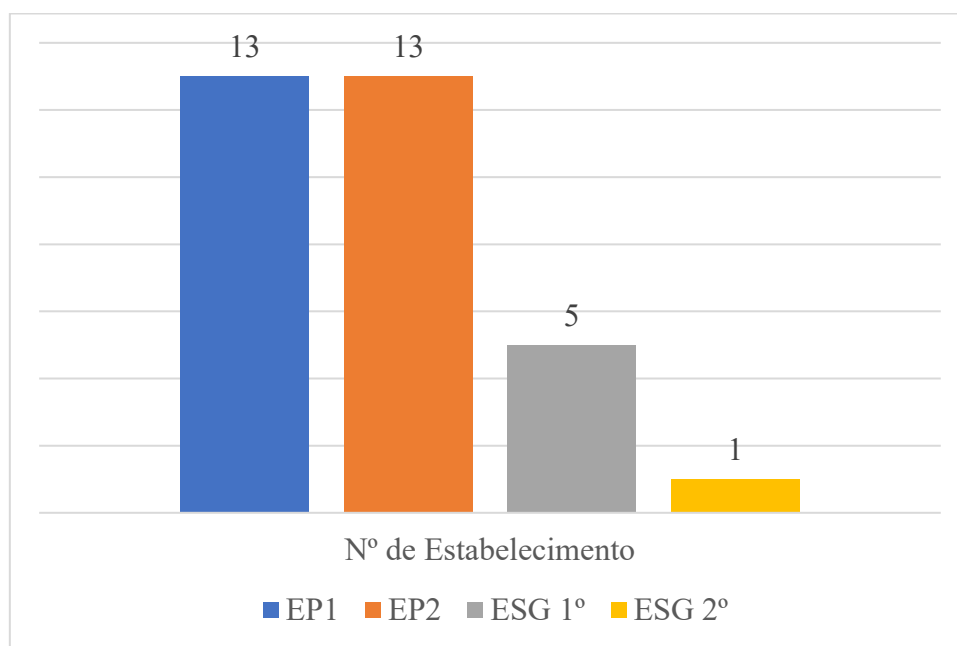
3.5.Educação

“O sistema de ensino formal tem desempenhado um papel de relevo no processo de urbanização e naquilo que ele representa no âmbito das transformações culturais e de enquadramento” (Araújo: 1997:131). De acordo com UNESCO (2015), a educação tem como principal função socializar o indivíduo, transmitindo valores, normas e comportamentos que asseguram a coesão e o funcionamento da sociedade. Além disso, a educação é um direito humano fundamental e uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a promoção da paz (UNESCO, 2015).

A fig.5 apresenta a distribuição do número de estabelecimentos de ensino por nível educativo no distrito municipal de KaMaxaquene, evidenciando a estrutura da rede escolar e a predominância do ensino primário em relação aos níveis mais avançados. Verifica-se que o distrito possui 13 escolas de Ensino Primário do 1º Grau (EP1) e 13 escolas de Ensino Primário do 2º Grau (EP2), o que demonstra uma maior concentração de instituições voltadas ao ensino básico, nível que abrange a maior parte da população estudantil. Essa predominância reflete a prioridade dada à educação fundamental como base do sistema de ensino, além de corresponder à estrutura demográfica local, caracterizada por uma elevada proporção de crianças em idade escolar (INE, 2017).

Em contrapartida, o Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG 1º) conta apenas com 5 escolas, e o Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG 2º) com apenas 1 estabelecimento, o que revela uma forte redução da oferta educacional à medida que se avança para níveis mais elevados. Essa limitação pode representar um obstáculo à continuidade escolar, forçando muitos alunos a deslocarem-se para outros distritos em busca de escolas secundárias completas (INE, 2017).

Figura 5: Níveis de Ensino



Fonte: INE (2017)

3.6.Saúde

De acordo com CMCM (2013), os centros de saúde e os hospitais formam e colocam em prática o funcionamento do sistema de serviços de saúde, actuando de maneira integrada dentro de uma rede sanitária. A saúde da população urbana é fortemente influenciada por factores ligados ao ambiente e condições de vida relacionado com a residência e trabalho, incluindo o ambiente económico e social, ambiente físico, características individuais e comportamentais (Conselho Municipal de Maputo, 2019).

A rede sanitária do Distrito Municipal de KaMaxaquene é composta por três principais unidades de saúde públicas que asseguram o atendimento básico e de referência à população local. O Hospital Geral da Polana Caniço é a principal unidade distrital, oferecendo cuidados de emergência, maternidade e serviços especializados básicos, além de atender casos provenientes de outros distritos (CMCM, 2013). O Centro de Saúde 1º de Maio presta cuidados de saúde primários, incluindo consultas curativas, vacinação e acompanhamento pré-natal, sendo uma das unidades mais frequentadas do distrito. Já o Centro de Saúde da Polana Caniço A é uma unidade de nível primário que atende principalmente a população do bairro Polana Caniço A, e das zonas adjacentes, com foco em acções preventivas e de promoção da saúde. Em conjunto, essas unidades formam a base da rede sanitária de KaMaxaquene, embora ainda se mostrem insuficientes diante da

elevada densidade populacional e das crescentes demandas por serviços de saúde no distrito (Idem, 2013).

3.7. Abastecimento de Água

De acordo com PPU de Polana Caniço “A” e “B”, (2015), citado por Munambo, (2024), o abastecimento de água na Polana Caniço A, era assegurado predominantemente pela rede oficial administrada pelo FIPAG, por intermédio da AdRM, complementada por vários fornecedores privados que operavam tanto em regime comercial quanto informal. Durante o período analisado, a cobertura estimada do serviço rondava os 90%, embora persistisse um índice relevante de ligações ilegais, estimado em cerca de 10%, o que revela fragilidades no controlo e gestão da infraestrutura.

A distribuição do acesso entre os residentes apresentava disparidades: aproximadamente 87% das famílias possuíam ligação direta de água canalizada em suas residências, evidenciando um nível relativamente elevado de integração ao sistema formal de abastecimento. Em contraste, 9,9% dependiam de vizinhos para obter água, indicando uma dependência comunitária que aponta para limitações de acesso individualizado. Ademais, 2,3% dos habitantes recorriam a poços ou furos públicos, demonstrando que uma parcela ainda se apoiava em fontes alternativas, potencialmente mais vulneráveis em termos de qualidade. Por fim, 0,8% obtinham água de outros fornecedores, reforçando a presença de múltiplos agentes na provisão hídrica e a coexistência entre sistemas formais e informais no bairro (Munambo, 2024).

3.8. Saneamento Básico

“O censo realizado em Moçambique procura conhecer as condições de saneamento básico, considerando se a família tem ou não uma retrete e qual o mecanismo utilizado para se desfazer dos dejetos humanos.” (Matos, 2024, p. 345). Assim, o tipo de saneamento básico está diretamente associado ao tipo de habitação: casas modernas tendem a possuir retretes internas com autoclismo e ligação à água canalizada, enquanto as palhotas geralmente dependem de latrinas como forma de saneamento (Matos, 2024). Observa-se que as retretes sem autoclismo predominam nas áreas suburbanas, caracterizando um sistema sanitário ligado a fossas sépticas, porém sem abastecimento de água canalizada, o que exige métodos manuais para descarga. Esse modelo representa um nível intermediário de melhoria das condições de saneamento, situando-se entre a

latrina tradicional e um sistema sanitário plenamente equipado com ligação à rede de água (Matos, 2024).

3.9. Gestão de Resíduos Sólidos

Conforme Matos, (2024), o bairro Polana Caniço A, faz parte dos bairros suburbanos, cuja ocupação ocorreu de forma não planificada e onde as vias de acesso dificultam a atuação direta dos serviços municipais, o Conselho Municipal de Maputo passou a incentivar associações e pequenas empresas privadas a realizar a recolha de resíduos sólidos. Essas entidades operam mediante contratos estabelecidos com o município. Conforme o PPU de Polana Caniço “A” e “B”, (2015), citado por Munambo, (2024), na área de estudo, existem até dois (2) contentores operacionais do Conselho Municipal da Cidade de Maputo. No bairro PCA, a gestão dos resíduos sólidos pelos agregados familiares apresenta diversidade de práticas. A maioria dos moradores (79,4%) fazia uso dos contentores disponibilizados pelo Conselho Municipal de Maputo (CMM), demonstrando adesão ao sistema formal de recolha de lixo (Munambo, 2024). No entanto, uma parcela menor recorria a métodos alternativos: 4,6% queimavam os resíduos no quintal de suas residências, prática que pode gerar impactos ambientais e à saúde, enquanto 8,4% optavam por enterrá-los em covas situadas dentro ou nas imediações das residências, evidenciando estratégias de descarte doméstico informal. Esses dados refletem tanto a dependência do serviço municipal quanto a persistência de práticas tradicionais de gestão de resíduos nos bairros, influenciadas possivelmente por factores de acesso, hábito ou conhecimento ambiental (Munambo, 2024).

4. Metodologia

Apresentam-se, neste capítulo, os caminhos metodológicos escolhidos para orientar a realização desta investigação em consonância com os seus objectivos. De forma geral, o desenvolvimento do projecto seguirá uma abordagem metodológica qualitativa, onde será utilizada para a obtenção de informações junto a informantes-chave, permitindo uma compreensão aprofundada das percepções e experiências locais. Por outro lado, “A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 69). Assim, essa abordagem foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais ampla e interpretativa sobre as implicações e os níveis de inserção das famílias afectadas pelo processo de gentrificação no Bairro Polana Caniço A, na Cidade de Maputo.

A metodologia desta pesquisa seguirá duas (3) etapas principais, conforme descrito a seguir:

1ª Etapa: Revisão da Literatura

Esta etapa abrangerá toda a bibliografia que será tornada pública em relação ao tema de estudo, incluindo publicações avulsas, manuais disponíveis, artigos científicos, revistas e monografias publicadas na internet. Além disso, recorrer-se-á às obras disponíveis na biblioteca Brazão Mazula. Em seguida, será selecionado o material mais relevante para embasar teoricamente o estudo (Prodanov e Freitas, 2013).

2ª Etapa: Técnicas de Recolhas de Dados

a) Técnica de Amostragem em Bola de Neve

Amostragem em Bola de Neve (*Snowball Sampling*), é uma técnica não probabilística amplamente aplicada em estudos com populações de difícil acesso ou identificação, como no caso do estudo, as famílias afectadas por transformações socioespaciais provocadas pelo processo de gentrificação. De acordo com Dewes (2013), o processo inicia-se com a seleção de alguns indivíduos pertencentes à população-alvo, designadas sementes, dos quais indicam outros participantes que partilham das mesmas características de interesse. Esse processo repete-se em sucessivas “ondas de recrutamento” até atingir o tamanho amostral pretendido ou até que as indicações se tornem recorrentes.

A aplicação dessa técnica no presente estudo tem como finalidade identificar e compreender as implicações e os níveis de inserção das famílias afectadas pela gentrificação no Bairro Polana Caniço A, a partir das redes de contactos locais e das recomendações feitas pelos próprios moradores. Tal abordagem mostra-se particularmente eficaz por permitir o acesso a grupos sociais menos visíveis e por favorecer uma relação de confiança entre o pesquisador e os participantes. Entre as vantagens do método de amostragem em bola de neve, destacam-se a facilidade de acesso a grupos de difícil localização e o baixo custo operacional, além de ser um procedimento rápido e eficiente na coleta de informações qualitativas (Dewes, 2013). No entanto, por se tratar de uma técnica não probabilística, apresenta limitações no que se refere à representatividade estatística e à generalização dos resultados. Portanto, essa técnica será aplicada para as famílias deslocadas e mas começando com os que ainda habitam no bairro Polana Caniço A (Dewes, 2013).

A determinação da amostra para a técnica de bola de neve, iniciará com a seleção de dois (2) informantes-chaves pertencentes à população-alvo, denominados “sementes”, dos quais um (1) será o secretário do bairro e o outro (1), será o chefe do quarteirão que, por sua vez, indicará outros sujeitos, que passaram pelo processo de gentrificação ou que partilham das mesmas características de interesse. Esse processo repete-se em sucessivas “ondas de recrutamento” até atingir o tamanho amostral pretendido ou até que as indicações se tornem repetitivas, indicando saturação das informações recorrentes (Dewes, 2013 e Gil, 2008).

b) Entrevista semiestruturada

De acordo com Gil, (2008), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados bastante utilizada em pesquisas qualitativas, caracterizada por uma combinação de perguntas previamente elaboradas com a possibilidade de adaptações durante a entrevista. Nesta proposta serão considerados seis (6) informantes-chaves, dos quais um (1) secretário do bairro, três (3) chefes de quarteirões e dois (2) correspondentes a moradores que habitam no bairro PCA, antes do processo de gentrificação e que permaneceram na área até a actualidade. Por tanto, essa técnica será aplicada para a população que ainda habita no bairro PCA, mesmo com as transformações que estão ocorrendo.

3ª Etapa: Processamento e Análise dos Dados

Como dados qualitativos, para essa pesquisa será adotada a técnica de análise de conteúdo, que permite organizar, sistematizar e interpretar informações textuais

provenientes das entrevistas. Esse procedimento envolve um conjunto de etapas, entre as quais se destaca a codificação, usada como técnica operacional para categorizar e estruturar o material coletado (Dewes, 2013 e Gil, 2008). Portanto, a codificação será atribuída códigos representados em forma de letras, números ou palavras chaves das falas das informantes chaves, onde cada código representa um significado. Após a codificação, os dados são agrupados em categorias temáticas, que serão organizadas em tabelas e analisadas de forma interpretativa, possibilitando identificar padrões, convergências, divergências e sentidos presentes nos discursos dos participantes.

Dessa forma, a análise de conteúdo permite transformar descrições qualitativas em unidades de significado que facilitam a compreensão das percepções, experiências e implicações relacionadas ao processo de gentrificação no bairro estudado (Dewes, 2013 e Gil, 2008).

5. Cronograma de actividades

A pesquisa será realizada no ano de 2026 entre os meses de Março a Agosto. As actividades estão divididas em cinco fases

Como ilustra a tabela 2. Referente a cronograma das actividade do projecto. A primeira fase consistirá na submissão e apresentação do projecto, em seguida realizar-se-á o trabalho de campo (recolha de dados), a terceira fase será de organização e processamento dos dados recolhidos, na quarta fase vai se fazer análise de dados e discussão dos resultados finais, essa fase terá duração de dois (2) meses, e por fim, será feita a revisão do trabalho e submissão do trabalho final.

Tabela 2: Cronograma de actividades

Fases	Actividades	2026					
		Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto
1	Submissão e apresentação do projecto	X					
2	Trabalho de campo (recolha de dados)		X				
3	Organização e processamento dos dados			X			
4	Análise de dados e discussão dos resultados finais				X		
5	Revisão do trabalho e submissão do trabalho final						X

Fonte: Elaborado Por Autor

6. Orçamento

Conforme a Tabela 3, a seguir são apresentados os recursos necessários para a execução do projecto, incluindo todas as despesas relacionadas ao trabalho de campo. Assim sendo, o orçamento total do Projecto de Fim de Curso é de 39.659,4 MT (trinta e nove mil seiscientos e cinquenta e nove vírgula quatro). Esse valor poderá cobrir integralmente os custos da pesquisa a ser realizada. Incluindo o valor de contingência, que é de 10% do valor do orçamento do projecto como uma percentagem do total estimado, a fim de assegurar a disponibilidade de recursos caso ocorram imprevistos.

Tabela 3: Recursos necessários para materialização do projecto.

Recursos	Quantidade	Custo Por Unidade (Mts)	Total (Mts)
Canetas	1	10	10
Computador portátil	1	30.000	30.000
Alimentação (lanche e água)	2refeições*30 dias	30*170	5100
Bloco de Notas	1	150	150
Impressão	4 Exemplares)	130*4	520
Encadernação	4 Exemplares)	30*4	120
Guião de campo	1	150	150
Guião de entrevista	2	2*2	4
Total			36.054
Valor de Contingência			3.605,4
Custo Total			39.659,4

Fonte: Elaborado Por Autor

7. Referências bibliográficas

1. Araújo, M. G. M. (1999). Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. *Finisterra*, 34(67/68), Lisboa, p. 175–190.
2. Araújo, M. G. M. (1997). *Geografia da População e dos Povoamentos, Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos*. Livraria Universitária, UEM, Maputo, 1997.
3. Araújo, M.G. M. (2003). Os espaços urbanos em Moçambique. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 14, 165-182.
4. Araújo, M. G. M. (2001-2002). Ruralidades-urbanidades em Moçambique. Conceito ou preconceito? *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, 1(16-18), 5-11. Recuperado em 10 de março de 2012, de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/293.pdf>
5. Andreatta, V., e Magalhaes, S. (2011). Relatório sobre as condições do planeamento urbano, habitação e infraestruturas em Maputo. Moçambique: International Growth Center.
6. Arnaldo, C e Hansine, R. (2015). Dividendo demográfico em Moçambique Desafios para Moçambique, Maputo, p.399-416.
7. Castra, D. (2008). «Inserção», *Laboreal* [Online], Volume 4 Nº1 | 2008, posto online no dia 01 julho 2008, consultado o 15 setembro 2020. <http://journals.openedition.org/laboreal/12164>
8. Conselho Municipal de Maputo (2019). Plano Director do Pelouro de Saúde e Acção Social 2015 – 2019. Plano Director de Saúde e Acção Social do Município de Maputo Pelouro de Saúde e Ação Social. 1ª edição. Maputo. Mocambique.
9. Corrêa, R. L. (1995). *O espaço urbano*. Editora Ática. 3ª ed., Série n. 174. pp.1–16.
10. Dewes, J. O. (2013). *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
11. Furtado, C. R. (2014). Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: Um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 16, n. 32.
12. Glass, R. (1964). *Mudanças de aspectos*. Macgibbon e Kee: Londres.
13. Gil, A. C., (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Editora Atlas S.A. Ed. 6ª ed. São Paulo, Brasil
14. Ibraimo, M. A. (1994). *Crescimento da população urbana e problema da urbanização da cidade de Maputo*. Moçambique: Direção Nacional de Estatística, Comissão Nacional do Plano.
15. Instituto Nacional de Estatística (INE). (2021). *Distrito Municipal Ka Maxaqueni: Folheto distrital 2021*. Maputo: Delegação da Cidade de Maputo.

16. Instituto Nacional de Estatística. (2019). IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: Resultados Definitivos. Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística, Governo de Moçambique.
17. Lage, J. (2019). Influências no processo de formação do tecido urbano nos bairros pericentrais de Maputo: o caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A. *Revista de Morfologia Urbana*.
18. Malauene, D. L. (2005). Alterações urbanas no espaço de bairro Polana Caniço “A”. Trabalho de licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane, Cidade de Maputo.
19. Maloa, J. M. (2019). Globalização e transformação dos espaços urbanos periféricos em Moçambique. *Abe Africa: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 03, n. 03.
20. Maloa, J. M. (2019). A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180101. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>
21. Matos, E. A. C. (2005). Serviços urbanos básicos nos bairros da Maxaquene “A” e da Urbanização. Trabalho de licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane, Cidade de Maputo.
22. Maloa, J. M. (2021). Periferias urbanas moçambicanas e a sua nova paisagem.
23. Matos, E. A. C. (2024). Cidade de Maputo: Processos e dinâmicas contemporâneas. *Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE*, v. 26, n. 2, p. 325–355.
24. Milton, S. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, 4. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
25. Milian, E. E. (2022). *Gentrificação: As diferentes faces da segregação urbana*. Blumenau - SC, Brasil.
26. Moçambique. (2004). *constituição da república de moçambique*. Maputo: Presidência da República. https://www.presidencia.gov.mz/?page_id=430.
27. Munambo, P. M. (2024). Influência dos Instrumentos de Ordenamento do Território (IOTs) na Materialização do Direito à Cidade: Estudo de caso Polana Caniço A e B (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico, UEM.
28. Muacuveia, R. R. M., Maloa, J. M., António, I. T., Jamisse, I. F. M., & Waceda, X. E. (2023). Gentrificação em Moçambique: a produção do espaço desigual nas metrópoles de Maputo e Beira. *Boletim GeoÁfrica*, v. 2, n. 5, p. 68–90.
29. Omar, A. A., Machute, H. N. G., Manjate, C. R., & Machili, T. B. (2023). Cidades e/ou zonas urbanas: uma análise no contexto da urbanização e qualidade de vida urbana em Moçambique. *Boletim GeoÁfrica*, v. 2, n. 5, p. 37–52.
30. Population Reference Bureau. (2023). *World Population Data Sheet 2023*.

31. Prodanov, C. C., e Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho académico. 2. ed. Novo Hamburgo
32. Raposo, I. S., Jorge, S., Viegas, S., e Melo, V. (2012). Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 4, n. 2, p. 189–205.
33. Hansine, R. e Arnaldo, C. (2019). Natureza demográfica e consequências do crescimento urbano em Moçambique.
34. Ribeiro, T. F. (2016). Afinal, o que é gentrificação? Uma análise conceitual e de suas possibilidades de verificação no cenário urbano brasileiro. IPPUR- Rio de Janeiro
35. Silva, R. S. (2021). A dinâmica social da pobreza. [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia].
36. Sambo, M. G. (2016). O desafio da gentrificação na cidade de Maputo reflexões sobre o sistema habitacional: a política social de habitação e a exclusão social.
37. Smith, N. (2007). Gentrificação e o rent gap. In N. Smith, *A nova fronteira urbana: gentrificação e a cidade revanchista*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
38. UNESCO. (2015). Relatório de Monitoramento Global da Educação 2015: Educação para todos 2000–2015 – Progressos e desafios. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
39. United Nations – Habitat – UN-HABITAT. (2007). Perfil do sector urbano em Moçambique. Nairobi: UN-HABITAT.

ANEXOS

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Geografia

Planificação e Desenvolvimento Regional (PDR)

Guião para bola de nove dirigida as familiares deslocadas

Nome da Estudante: Ndequerenio Isac Alberto,

Data da entrevista: ____/____/____

1. a) Nome _____

b) Sexo: Masculino: _____; Feminino _____

c) _____; 30-45Anos _____; 45-55 Anos _____; 55-75 Anos _____.

d) Estado civil: Solteiro/a _____; Casado/a _____; Viúvo/a _____; Divorciado/a _____;

Lugar de residência actual _____.

e) Nível de escolaridade: Não escolarizado ___ Primário ___; Básico ___; Médio ___; Superior _____.

2. Há quanto tempo a família residia na Polana Caniço A antes do deslocamento?

3. Qual era a principal fonte de rendimento da família antes do deslocamento?

4. O que motivaram a saída da família do bairro (aumento do aluguel, pressões imobiliárias, falta de serviços, etc.)?

5. Quais foram os principais impactos positivos ou negativos sofridos pela família após o deslocamento?

6. Qual era a situação de emprego e renda antes do deslocamento e como se compara com a situação actual?

7. Quais mudanças ocorreram no acesso a serviços sociais básicos (escolas, saúde, transporte, rede sanitária, abastecimento de água) após o deslocamento?

8. A família recebeu algum tipo de assistência ou apoio do governo ou do município durante o processo de deslocamento?

9. Quais são as expectativas da família em relação à moradia, renda e a inserção social no novo local?

10. Como senhor/a avalia o seu grau de satisfação com a vida neste bairro que reside actualmente?

11. Você conhece outras famílias que também foram deslocadas pelo processo de gentrificação e que poderiam participar desta pesquisa? Se sim, poderia nos fornecer os contactos ou indicar como podemos encontrá-las?

Muito obrigado pelo seu tempo!

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Geografia

Planificação e Desenvolvimento Regional (PDR)

Guião de entrevista semi-estruturada dirigida aos residentes do Polana Caniço A

1. Há quanto tempo exerce a função de secretário no bairro Polana Caniço A?
2. Quais são as principais mudanças urbanas observadas no bairro nos últimos anos?
3. Há programas ou iniciativas do município para apoiar famílias vulneráveis neste processo?
4. Quais são as maiores dificuldades da administração do bairro perante estas transformações?
5. Há quanto tempo trabalha como chefe de quarteirão nesta área?
6. Que mudanças mais significativas têm ocorrido no quarteirão nos últimos anos?
7. Alguma família foi deslocada ou se mudou devido ao aumento do custo de vida ou da ocupação por novos empreendimentos?
8. Há queixas recorrentes dos moradores relacionadas ao processo de gentrificação?
9. Que expectativas tem para o futuro do quarteirão diante do processo de gentrificação que esta ocorrer neste bairro?
10. O senhor/a tem notado as mudanças no bairro, como novos prédios, aumento do aluguel ou deslocamento de vizinhos?
11. Houve aumento no custo de vida ou dificuldades financeiras por causa dessas mudanças no bairro?
12. Que estratégias a família usa para continuar morando no bairro apesar das mudanças? E que dificuldades a família ainda enfrenta para se manter no bairro ou garantir qualidade de vida?
13. A família recebeu algum tipo de ajuda do governo ou do município durante o processo de gentrificação?

14. O que você acha das políticas de habitação e urbanização diante do processo de gentrificação no bairro? Elas ajudam ou dificultam os moradores?
15. Quais são as expectativas da família para os próximos anos em relação à moradia, renda e vida no bairro?

Muito obrigado pela participação!